



Falanda D'Heireito

Publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos
Margarida Maria Alves

Ano 17 - nº49 - Agosto, Setembro e Outubro de 2019

Curso gratuito ensina noções de Direito e Cidadania à lideranças sociais



Um curso que oferece noções básicas do Direito a líderes comunitários com o objetivo de democratização do acesso à Justiça através da educação não formal: estas são as principais premissas do Curso de Formação de Juristas Populares da Fundação Margarida Maria Alves que encerrou no fim de outubro suas inscrições para a sua 17ª Turma.

Os participantes do curso precisam ter mais de 18 anos, saberem ler e escrever, não estarem cursando Direito nem terem

superior completo e estarem vinculados/as a uma entidade social, como associações de bairro, sindicatos, ONGs, grupos e movimentos sociais.

Segundo Marcelo Soares, assessor de comunicação da Fundação, "é sempre uma alegria receber novos cursistas e celebrar a diversidade de lugares e causas que trazem para nós. Esperamos que eles sigam comprometidos não só com o Curso, mas também em serem multiplicadores do conhecimento adquirido em

suas comunidades e em prol do próximo".

Ao todo foram selecionadas 24 inscrições de 08 cidades da Paraíba, em um total de 19 entidades.

As atividades acontecerão a cada quinze dias, aos sábados, a partir de 23 de novembro na sede da Fundação e em formato de Oficinas e Módulos, que abordam as principais áreas do Direito, como o Trabalhista, Previdenciário e Penal, e questões de Cidadania como Direitos Humanos, Gênero e Políticas Públicas.

EDITORIAL

Quando se aproxima o fim do ano sempre pensamos na trajetória percorrida, nos erros, acertos, nas perdas e conquistas. Por mais turbulento e complicado que 2019 possa ter sido, para nós foi um ano de respirar, manter a cabeça erguida e seguir lutando.

Tivemos um projeto aprovado no Fundo de Direitos Difusos do MPPB; concluímos mais uma turma do Curso de Formação de Juristas Populares; realizamos mais uma turma do Curso de Incidência Política; estivemos ao lado de companheiros/as de luta; planejamos novas ações, projetos e, agora, pensamos nosso 2020. O ano chega ao fim, mas siga conosco!

Curso de Incidência Política contribui para a prática das ações dos Juristas Populares

Desde agosto a Fundação Margarida Alves vem realizando as atividades de sua segunda turma do Curso de Incidência Política, ação que leva a metodologia de advocacy para os Juristas Populares com o objetivo de ampliar seus conhecimentos e realizar atuações nas suas comunidades.

Segundo Vera Rodrigues, técnica responsável pelo curso, “Os passos para a incidência política são pensados com a perspectiva de possibilitar conquistas sociais, através de políticas públicas, para as populações que mais precisam”.

Ela destaca como a prática da incidência política tem sido uma boa forma de luta de movimentos sociais, ONG's, associações e outras organizações sociais. “A metodologia tem subsidiado lideranças, educadores/as



dos grupos populares, das organizações e movimentos sociais da sociedade civil contribuindo para a qualificação de suas ações e aprofundamentos temáticos, dando protagonismo para dar mais dignidade aos seus integrantes”, explica.

O curso faz parte do Projeto Conhecendo o Direito e Construindo a Cidadania, apoiado pela entidade alemã Misereor, e tem seus módulos planejados tendo como inspiração as metodologias desenvolvidas pela Concern Universal e o Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais (CAIS).

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro CEP: 58011-110, João Pessoa, PB. Telefone: 3221-3014. E-mail: fundacaomargaridaalves.org.br.

Site: fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br

Jornalista responsável: Marcelo Soares (DRT 2612 /PB) - Fotos: arquivo da entidade

Tiragem: 1000 exemplares - Apoio: Misereor - Impressão: Gráfica JB

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na
Conta: 122749-1, Agência: 0435-9,
Banco Bradesco.



Juristas Populares participam de eleição para Conselheiros Tutelares

Cuidar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, com uma compreensão das realidades sociais, econômicas e culturais que vivem, essa é a principal função de um Conselheiro Tutelar.

Os/as conselheiros/as são escolhidos/as pela população através do voto facultativo e secreto. Cada eleitor deve votar na sessão eleitoral da sua região de domicílio eleitoral e estar em dia com suas obrigações perante a Justiça Eleitoral.

O período de campanha eleitoral este ano iniciou-se no começo de setembro e foi até 04 de outubro, dois dias antes do pleito, que aconteceu no dia 06 de outubro.

Entre os concorrentes ao cargo este ano, alguns eram Juristas Populares formados pelo Curso de Formação de Juristas Populares. Foram eles: Carlinhos Schneider, Márcia Alves, Vanusa Bezerra, José Ricardo, Carlos Antonio, Thamyres de Miranda, Ricardson Dias e Israel Santos.

Carlos Ribeiro, Conselheiro Tutelar de João Pessoa desde 2006, aponta que para ele "a formação de

Jurista Popular foi de fundamental importância para interpretação do ECA e melhor aplicação da proteção a criança e ao adolescente. Ela tem ajudado a pensar palestras e reuniões de orientação a comunidade, sobretudo no que se refere a implantação de políticas públicas no âmbito da defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, solucionando e/ou minimizando os efeitos causados por situações de risco e vulnerabilidade".

Para Ricardson, o Curso de Jurista Popular foi importante não só para a experiência de Conselheiro Tutelar, mas também como formação cidadã. "Quando eu e meus colegas da Rádio Comunitária Diversidade decidimos entrar no Curso foi justamente por não encontrar um advogado, um defensor que entendesse a causa da comunicação comunitária e da liberdade de expressão que era nossa luta na época. O Curso de Jurista Popular contribuiu muito para que a gente pudesse informar mais a comunidade e continuar na luta", ressalta.

"Pessoalmente foi a porta de entrada para o interesse na área jurídica. Comecei a estudar essa



Ricardson Dias, Conselheiro Tutelar da Região Sul de João Pessoa.

área, consegui entrar na universidade e concluí o curso de Direito com sucesso. Todo conhecimento jurídico e social dentro da atividade de Conselheiro Tutelar só garantiu com que eu pudesse fazer o melhor trabalho possível. Graças a esse trabalho, consegui me reeleger com 600 votos conquistados com trabalho já realizado, sem nenhuma compra deles", destaca.

O resultado da eleição saiu no mesmo dia do pleito, dos Juristas Populares concorrentes somente Ricardson conseguiu se eleger.

Os/as candidatos/as eleitos/as tomarão posse em janeiro de 2020 para mandato de quatro anos.

Fundação Margarida Alves comemora 25 anos com formatura de Juristas Populares

Aconteceu em agosto, no auditório da Ordem dos Advogados da Paraíba (OAB/PB), a solenidade de formatura da 16ª turma do Curso de Formação de Juristas Populares.

A cerimônia também comemorou os 25 anos de criação da Fundação Margarida Maria Alves, completados em julho.

Ao longo de sete meses, os/as cursistas participaram de oficinas de cidadania, módulos de noções de Direito, uma Ciranda de Direitos em Bayeux, onde colocaram em prática os conhecimentos obtidos nas aulas, e visitas guiadas a Defensoria Pública do Estado e a Assembleia Legislativa da Paraíba.

Thamyres de Miranda, cursista e conselheira tutelar da cidade de São Miguel de Taipu, destaca o aprendizado obtido ao longo do curso. “O Curso de Juristas Populares me proporcionou o conhecimento nas leis e direitos que na maioria das vezes nem sabemos que existe. Através das aulas e das rodas de conversa toda a turma tinha a chance de tirar suas dúvidas com os facilitadores, em posse dos materiais para consulta sempre que precisar e a



certeza de que o conhecimento nos faz mais forte. Levarei comigo a semente da Margarida e multiplicarei na base, para que assim outras pessoas também tenham esse conhecimento”, aponta.

Segundo Marcina Pessoa, Coordenadora de Projetos da Fundação, cada formatura tem um gosto especial. “Mesmo depois de tantos anos e tantas turmas, cada solenidade de encerramento do Curso de Juristas Populares é uma emoção diferente. Com uma convivência tão extensa, nos apegamos aos cursistas, as experiências, discussões, momentos passados com eles e nunca é fácil fechar

esse ciclo. Mas ficamos felizes de saber que os conhecimentos adquiridos serão multiplicados e servirão para auxiliá-los no dia a dia de suas atividades em suas

“Levarei comigo a semente da Margarida e multiplicarei na base, para que assim outras pessoas também tenham esse conhecimento”

entidades”. aponta.

A formatura contou com a apresentação da Trupe Clark, grupo teatral que se constitui entre a comédia e o drama.

Formada após a conclusão de um curso técnico fornecido pelo Centro Estadual de Arte (Cearte), a Trupe é atualmente constituída por Erick Albuquerque, Islânia Nascimento, Jennyfer Pessoa, Mileny Monisy e Nathanael Oliveira.

O grupo trabalha de forma cooperativa e democrática, acreditando que a arte é capaz de abrir os olhos da sociedade e fazê-la lutar pelos seus direitos.



Estado brasileiro realiza reparação simbólica do caso Margarida Maria Alves

Ocorreu em outubro, em João Pessoa/PB, cerimônia de reparação simbólica pelo Estado Brasileiro do caso “Margarida Maria Alves”.

Sérgio Queiroz, titular da Secretária Nacional de Proteção Global, destacou que o governo está “cumprindo a competência prevista no artigo 23, VI, do Decreto nº 9.673/2019, de atuar no cumprimento de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o MMFDH, por meio da SNPG, promove a Solenidade de Reparação Simbólica”.

Margarida Maria Alves foi assassinada por um matador de aluguel a mando de latifundiários em 12 de agosto de 1983, aos 50 anos de idade, na porta de sua casa em Alagoa Grande (PB). A líder sindical lutava por direitos básicos dos trabalhadores rurais, como carteira de trabalho assinada, jornada de oito horas, férias e 13º salário.

Os assassinos nunca foram condenados e dos envolvidos apenas um foi julgado, ficou preso por três meses e foi absolvido em 2001.

Em 2000, foi feita denúncia, assinada pela Fundação Margarida Maria Alves; GAJOP; CEJIL e CPT



Margarida Maria Alves

à Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre o caso, pedindo providências na apuração dos responsáveis pelo crime.

Em 13 de fevereiro de 2019, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos participou de reunião de trabalho convocada pela CIDH no âmbito do 171º Período de Sessões. A finalidade consistiu em debater, entre outros, o caso da ativista, formalizando a proposta de indenização, que foi seguida de aceite por parte do filho de Margarida, José de Arimatéia Alves.

Em 26 de março de 2019, o caso foi ponto de pauta na XXXIII Reunião Ordinária do Comitê Técnico do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, na qual foi aprovada proposta de assinatura de Acordo de

Cumprimento de Recomendações.

No dia 26 de agosto de 2019, o Acordo de Cumprimento das Recomendações da CIDH foi assinado pela Ministra do MMFDH e o filho de Margarida, finalizando no evento de reparação simbólica e posterior cumprimento do acordo.

TRF5 reconhece direito de indenização por anistia ao filho de Margarida Maria Alves

Em resultado de outra ação jurídica, no último dia 05 de novembro a Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região reconheceu, por unanimidade, o direito a duas indenizações, a título de reparação econômica e por danos morais, para o José de Arimatéia pela morte da mãe. A decisão é relacionada a um processo de 2016 da Comissão de Anistia.

Ele receberá um total de R\$ 431.720, sendo R\$ 181.720 a título de reparação econômica e R\$ 250 mil por danos morais.